

ANO 2 - NÚMERO 20 - JUNHO 2016

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 10



AS FRONTEIRAS DA SOJA

ARQUEOLOGIA

A FLORESTA FOSSILIZADA DO TOCANTINS

p. 18

MEIO AMBIENTE

VULCANISMO

p. 26

ENTREVISTA

LUIZ FERNANDO EMEDIATO

p. 34



JVF.

A parceria certa para um investimento rentável.

A JVf Negócios Imobiliários é uma empresa goiana do grupo J. Virgílio. Com 40 anos de tradição no mercado imobiliário, e em todas as regiões que atua, busca levar o desenvolvimento e o crescimento para as cidades. Com responsabilidade e transparência, se preocupa com a legalidade de seus negócios.

Dentro dessa responsabilidade empreendedora, entende-se que a questão ambiental é fator determinante para o sucesso de todos os seus empreendimentos.

Busca junto aos órgãos públicos, todas as licenças pertinentes e exigidas para a viabilidade de seus projetos. Disponibilizando aos seus clientes e interessados toda a documentação que traz licitude aos seus negócios.

Não se fala em progresso sem proteger o bem mais precioso entregue a humanidade pelas mãos de Deus, o meio ambiente. Riqueza natural e vital para a sobrevivência do ser humano. A arborização, a valorização do verde, a preservação do solo e dos recursos hídricos são fatores que norteiam a sustentabilidade do homem, e o processo de desenvolvimento dos projetos JVf.

Em todos os produtos comercializados é levado aos clientes mais que um ótimo negócio ou investimento, proporcionando uma novidade de vida, a realização de sonhos e o bem-estar em família.

O sonho da casa própria no local ideal em um loteamento referência da região, são qualidades provenientes dos produtos JVf. Frutos que são regados, por exemplo, com a construção de áreas de lazer viva. Espaços que contam com arborização, a fim de oferecer aos moradores uma melhor qualidade de vida.

A construção e venda de empreendimentos responsáveis, também conhecidos como "verdes", são projetadas para o consumo sustentável, de maneira a reutilizar recursos naturais e a reduzir desperdícios e custos, aliando o ambientalmente correto ao conforto e bem-estar de seus ocupantes.

Tudo isso são conquistas da JVf Negócios Imobiliários e de seus clientes, que ao longo dessa trajetória se tornaram amigos. Um resultado de parcerias certas que a todo tempo rendem frutos.

Venha conhecer essa equipe, seus produtos, sua história e invista no futuro de sua família.

Imóvel, negócio seguro e rentável.
Garantia de quem sabe o que faz.

Parceria
que rende
frutos.

JVF 
Negócios Imobiliários

40
anos
de parceria
rendendo frutos.

Gloria a Deus!

Av. T-15, esquina c/ Av. C-264 - Setor Nova Suíça - 74280-270 - Goiânia-GO
www.jvf.com.br - (62) 3995-7300

“ Sou água que corre entre as pedras - Liberdade caça jeito. ” Manoel de Barros

COLABORADORES/COLABORADORAS JUNHO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo e Antropólogo; Antenor Pinheiro – Jornalista; Eduardo Pereira – Produtor Cultural; Iêda Vilas-Bôas – Doutoranda em Literatura, Escritora; Jacy Afonso – Sindicalista; Jaime Sautchuk – Jornalista, Escritor; Joseph W. Weiss - Economista; Juliana Bernardes – Produtora Cultural; Leonardo Boff – Filósofo, Teólogo, Escritor; Leovigildo dos Santos – Engenheiro Florestal; Lúcia Resende – Professora; Renata Queiroz Dutra – Professora; Trajano Jardim – Jornalista, Professor; Zezé Weiss – Jornalista.

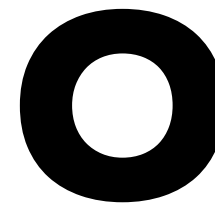
CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Jaime Sautchuk | 8. Juan Pratginestòs |
| 2. Zezé Weiss | 9. Elson Martins |
| 3. Altair Sales Barbosa | 10. Neusimar Coelho |
| 4. Binho Marques | 11. Ronei Alves |
| 6. Graça Fleury | 13. Ieda Vilas-Bôas |
| 7. Jacy Afonso | 14. Trajano Jardim |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (061) 9974-3761. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Atendimento: Zezé Weiss (61) 9974-3761; Eduardo Pereira (61) 9829-1020. Edição: Jaime Sautchuk (61) 9926-0445 e Zezé Weiss (61) 9974 3761. Capa: Foto Rogério Alves/TV Senado; Revisão de Textos: Lúcia Resende, Zezé Weiss e Thais Maria Pires – Jornalista. Revisão de design: Eduardo Pereira. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires – 386/GO. Menor Aprendiz: Ana Beatriz Fonseca Martins – auxiliar de serviços administrativos. Tiragem: 20.000 exemplares. Mídias Sociais: Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Circulação: Revista Impressa – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Revista Web – Todo o território nacional. ISSN 2359-053x.



setor econômico que mais cresceu no Brasil na última década foi, sem dúvida, o agropecuário. Por coincidência, talvez, o setor da vida nacional que mais padeceu foi o ecológico, com a degradação de todos os biomas, com mais severidade no Cerrado e na Amazônia.

Não significa dizer que estamos falando de atividades incompatíveis. Todos sabemos que é possível preservar a flora, a fauna, os recursos hídricos e os micro-organismos da natureza e ao mesmo tempo manejar os espaços físicos com lavouras, criação de animais e outros usos que fazem mover a Economia.

Entretanto, o que se discute, com urgência cada vez maior, é a maneira de usufruir dos espaços de que ainda dispomos, que, embora vastos, não são infinitos. A realidade está diante dos nossos olhos, em todos os quadrantes do País.

Os efeitos positivos desse processo são palpáveis em generosos cifrões, advindos principalmente da exportação de grãos, em especial a soja, e na fartura de alimentos. Os negativos estão nas veredas, córregos e rios que esmorecem, vastas áreas erodidas, na qualidade de vida que deteriora.

Este é o tema de capa desta Xapuri número 20, que vocês começam a desvendar. E é tratado de maneira sóbria, através de um retrato da explosão da soja, que já chegou à Amazônia, ao Pantanal Mato-grossense e ao Nordeste. Ao País inteiro, enfim.

Mas, claro, abordamos também a variedade de assuntos já costumeira, com os artigos de fundo dos colaboradores fixos e matérias de grande interesse não encontradas na grande mídia.

Tudo na perspectiva do Brasil brasileiro.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores





Xapuri 20

SOCIOAMBIENTAL JUN 16

11

CURIOSIDADES

O significado das flores

20

MITOS E LENDAS

Mãe-do-ouro

12

CAPA

As fronteiras da soja

26

MEIO AMBIENTE

Pequena viagem ao centro da Terra IV

17

GASTRONOMIA

Como se prepara café turco

38

ECOTURISMO

Pirenópolis
Um encanto de cidade

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

16 AGRICULTURA

Retrocessos na política agrária

32 EDUCAÇÃO

Sintego itinerante

18 ARQUEOLOGIA

A floresta fossilizada do Tocantins

34 ENTREVISTA

Luiz Fernando Emendiato

22 CIDADANIA

Juventude e políticas públicas

42 URBANIDADE

Emendas, remendos e fracassos

28 PERFIL

Mara régia, a voz da floresta

45 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade e educação

31 UNIVERSO FEMININO

Não foi (só) por amor!

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura, faz a Xapuri continuar acontecendo!

ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES

R\$ **99,00**

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE



Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Muita emoção ver a Xapuri só crescendo e, agora, chegando à terra de São Salvador da Bahia. Axé! **Maria Helena Schuster, Salvador - Bahia.**

Pelos rios e igarapés da Amazônia, há milhares de "furos". Mas a Xapuri foi descobrir um no fundo do mar. Parabéns! **David L. Hataway, Brasília - Distrito Federal.**

Muito tenho gostado desta revista. Um conteúdo cada vez mais interessante e promissor. Vale afirmar: Revista Xapuri, um tesouro em nossas mãos, enquanto assinantes! **Maria da Graça Melo, São Luiz - Maranhão.**

Acompanho as edições online sempre, gostei muito da edição de maio, a capa ficou sensacional. **Leovigildo Santos, Minaçu - Goiás.**



VALPARAÍSO DE GOIÁS INCLUSÃO E CIDADANIA

Valparaíso completa 21 anos e pra comemorar a prefeitura preparou uma extensa programação. São inaugurações, atividades artísticas e culturais, ação social é muito mais.

Acompanhe o calendário de comemorações e comemore com a gente!

valparaisodegoias.go.gov.br  /pvalparaisogo  @prefval



SINDICOM-DF

Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal

Telefones: 3224-3808 / 3038- 2200 / (Fax) 3224-1584

O Sindicato dos Comerciantes no DF nasceu em 1963 e em 50 anos cresceu muito. De uma pequena sala no Setor Comercial Sul, o Sindicom tem um patrimônio que orgulha a categoria. Foi uma luta que envolveu muito suor, trabalho e atuação fundamental dos filiados. Vamos dar destaque para os últimos 20 anos, que coincide com o processo de democratização do país cujo qual valorizou o trabalhador no comércio.

A verdade é que a diretoria colegiada e a presidente, Geralda Godinho, fazem questão de mostrar toda essa estrutura que se encontra disponível para a categoria e trabalhadores em geral.

A pequena sala sede hoje é o andar inteiro com consultórios médicos, odontológicos, homologação, departamento jurídico, apoio de base e imprensa. Em Taguatinga tem sede também contando com o que há de mais moderno para atender os associados. As subseções se encontram em Sobradinho e Gama.

O Clube dos Comerciantes conta com uma mega estrutura de lazer, com piscinas, churrasqueiras, restaurante, área verde, salão de jogos, campo e futebol, campo de areia e o salão de festas.



REDE DE ATENDIMENTO:

BRASÍLIA
Setor Comercial Sul, quadra 6, edifício José Severo, 7º andar - Tel: 3038-2200 / 3224-1584
TAGUATINGA
Endereço: QNE 31, lote 2 - Taguatinga Norte, no horário das 8h às 18h - Tel: 3037-8812

SOBRADINHO:
Quadra 8, Bloco 18, Loja 9 - Sala 4. Tel: 3487-2586
GAMA:
Edifício Office Center 3º andar sala 309 Setor Central do Gama. Tel: 3384-6747

CLUBE
Fazenda Ponte Alta Norte V Gleba A - Número 25 - Núcleo Rural Casa Grande - CEP 72-400-000 Recanto das Emas - DF Fone:(61) 3404-0851

 presidencia@sindicomdf.com.br  [sindicatodoscomerciantes.dof](https://www.facebook.com/sindicatodoscomerciantes.dof)  [site: www.sindicomdf.com.br](http://www.sindicomdf.com.br)

Orgulho de ser Comerciante, esse é nosso lema! Filie-se



PREFEITURA DE ANÁPOLIS LEVA LAZER E QUALIDADE DE VIDA AO CIDADÃO



60 novas praças foram construídas e reformadas pela Prefeitura de Anápolis desde 2009

Novos parques

Três grandes parques que se tornaram cartões postais da cidade já foram entregues pela Prefeitura de Anápolis. Em 2010, foi inaugurado o Parque Ambiental Ipiranga, em 2012, o Parque da Liberdade, em 2014, o Parque da Cidade, e está em construção o Parque da Jaiara.

Educação Ambiental

Anápolis adotou a política de Educação Ambiental como ferramenta para a preservação da qualidade do ar e dos recursos hídricos do município. Foram criados os programas Árvore para Todos, Doação de Mudas, Cidade Limpa e Plantar.

Preservação

A Prefeitura de Anápolis também realiza ações que visam a preservação das áreas verdes do município. Um exemplo é a criação do Parque José Crispim Ramos, na Cidade Jardim.

Prêmio Chico Mendes

Pelo 6º ano consecutivo, Anápolis recebeu a premiação máxima do Instituto Chico Mendes, concorrendo com importantes cidades brasileiras, mostrando que investir na qualidade de vida é fundamental para um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

CURIOSIDADES



O significado das flores

O amor é muitas vezes perseguido. Mesmo nos dias de hoje. Antigamente, muitos namorados e amantes usaram de artimanhas para suas comunicações amorosas. Durante muito tempo, as flores, caras a Afrodite, a deusa do amor, serviram às mensagens dos namorados. Cada flor teve sua lenda, sua expressão, seu significado.



AÇUCENA
Inocência



MARGARIDA BRANCA
Resposta



AMOR-PERFEITO
Pensamento



FLOR DE LARANJEIRA
Afabilidade



CRAVO BRANCO
Inclinação afetuosas



LÍRIO BRANCO
Amor puro



CRAVO ENCARNADO
Amor vivo



JASMIM
Pretensão



CRAVO ROSADO
Preferência



GERÂNIO
Tristeza



CAMÉLIA BRANCA
Pensamento puro



HELIOTRÓPIO
Amor sincero



AS FRONTEIRAS DA SOJA

Jaime Sautchuk

As fronteiras da soja parecem não ter limites e já adentram a Amazônia e o Nordeste, além do Centro-Oeste há muito já tomado por ela. Tornou-se um dos principais itens das exportações brasileiras, e os principais compradores são justamente a China e o Japão, países onde essa cultura teve origem, milhares de anos atrás.

O pequeno grão se agiganta diante da enorme estrutura que gira em torno da sua produção. São cifras de bilhões de reais por ano, que poderiam ser exponencialmente maiores se a grande parte (75,1%) não fosse vendida como minério, in natura, apenas secado, sem agregar valor algum.

A safra de 2015/2016, colhida em março e abril passados, bateu novo recorde, segundo dados do IBGE, embora tenha havido queda na de milho, trigo e sorgo, por condições climáticas. A soja sozinha representou 48% do total de 206 milhões de toneladas de grãos produzidos nessa temporada.

Desse total, as exportações

de soja em grão e de derivados (óleo e farelo) somaram, em 2015, aproximadamente US\$ 28 bilhões, quase 20% a mais do que em 2014. Os grãos representam em torno de 15% do total de exportações brasileiras.

São áreas colossais com plantio extensivo, todo mecanizado; pivôs centrais e outros sistemas de irrigação que sugam a água de rios, lagos e subsolo; infraestrutura de transporte por rodovias, ferrovias e rios; portos marítimos modernos; e polêmicas sobre os fortes impactos ambientais disso tudo.

SOJA TROPICAL

O feijão-de-soja - feijão-chinês, feijão-japonês e de vários outros nomes - chegou ao Brasil, aos estados do Sul, especialmente o Paraná, pelas mãos do imigrante nipônico. Inicialmente, este era também seu público consumidor, mas logo virou cultura nacional.

O Japão, onde esse grão é a base de toda a alimentação,

não tem espaço pra cultivar o tanto que precisa, e havia muita dependência dos Estados Unidos. Por isso, o país fez um acordo com o governo brasileiro e, já na década de 1970, pôs em ação a JICA (Japan International Cooperation Agency), agência que financiou o Prodecer - Programa de Desenvolvimento do Cerrado.

Esses recursos financeiros pagaram as pesquisas da Embrapa, empresa estatal de pesquisa. Ela desenvolveu a soja tropical, adaptada ao clima temperado, já que no Brasil o grão só era cultivado em região fria, ou seja, nos estados do Sul. E financiou também produtores rurais dispostos a cultivar esse feijão.

Uma das principais promotoras dessa deslançada foi a Coopervap - Cooperativa de Produtores do Vale do Rio Paracatu -, abrangendo todo o Sudoeste de Minas Gerais. Boa parte dos agricultores foram atraídos nos estados do Sul e, por isso, são conhecidos genericamente por "gaúchos".

As primeiras plantações, em verdade, foram experimentadas no Sudoeste goiano, especialmente em Rio Verde, Santa Helena e Jataí, e depois se espalharam pelo país inteiro. Dali, foi um passo pra entrar no Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso.

Do Vale do Paracatu, pelo lado Leste, as novas lavouras subiram as encostas e chegaram ao Planalto Central, através de Cristalina, Luziânia e tantos outros municípios de Goiás. Dali, tomaram conta de todo o Norte goiano.

Hoje, a soja já é plantada nas diferentes regiões do país. As áreas mais recentes, que em grande parte eram cobertas de florestas, estão no Norte, nos estados de Rondônia, Tocantins, Maranhão, Pará e até no Acre e em Roraima. No Nordeste, são encontradas principalmente no Piauí e Oeste da Bahia.

Embora pareça ser uma só, há de fato perto de 60 espécies diferentes de soja, adaptadas aos mais diversos tipos de solo, de manejo das lavouras e de uso do feijão. É um trabalho permanente da Embrapa.

ÁGUA VERSUS ENERGIA

Históricos aliados nas políticas oficiais brasileiras, a água e a energia elétrica entram agora em choque, pelo que revelam os debates em andamento nos comitês de bacia que funcionam. Em Goiás, fica clara a contraposição do uso dos recursos hídricos pra agropecuária às barragens que movem usinas hidrelétricas.

O conflito começa por determinações de operadores de hidrelétricas que impedem, com respaldo legal, o uso dos lagos de barragens como reservatório de água pros outros fins. Ou

seja, não se pode retirar água desses lagos pra irrigação.

O argumento central dos gestores de usinas é o de que a maior parte delas opera no limite e, portanto, precisa de todo o líquido dos barramentos para girar suas turbinas.

Os agricultores de todos os portes, que precisam de mananciais pras suas lavouras irrigadas, são prejudicados de várias maneiras pelas barragens.

Mas, neste ponto, surge outra aparente contradição: esses mesmos produtores rurais dependem de energia elétrica pra ativar as máquinas que bombeiam e aspergem água nas plantações.

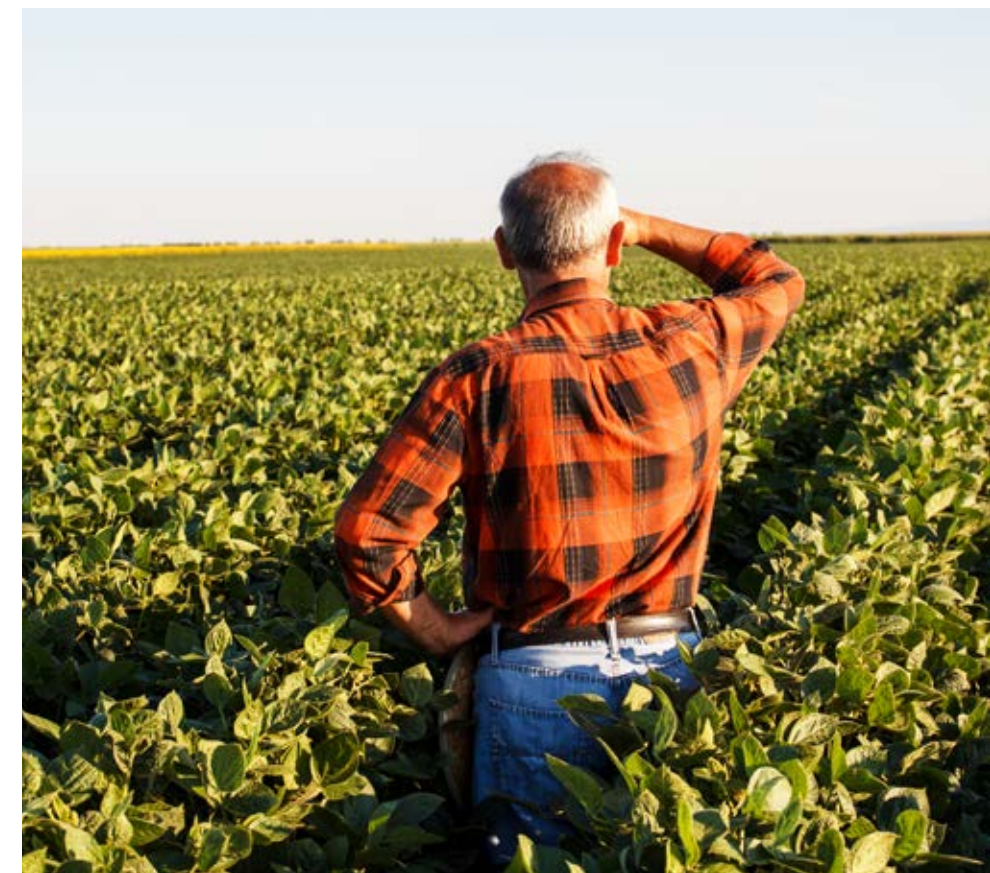
Para citar um exemplo, grande debate (ou embate) vem sendo travado em torno da hidrelétrica de Batalha, no rio São Marcos, bacia do Paranaíba, na fronteira de Minas e Goiás. É uma usina gerida por Furnas (Eletrobrás), com parcerias privadas.

O reservatório dessa barragem alaga uma área de 13.700 hectares, o que equivale a 685 lotes médios da agricultura familiar. Ao redor da sua lâmina d'água, existem mais de mil propriedades rurais, incluindo 800 famílias em assentamentos de pequenos agricultores.

A produção local de energia de fonte solar, eólica ou usando resíduos das próprias plantações - o bagaço de cana, por exemplo - seria, segundo eles, um caminho bem mais barato e sustentável. Mas pleiteiam ajuda financeira pra isso.

OS PIVÔS CENTRAIS

Entra em cena, então, esta figura emblemática das grandes plantações de soja, um polêmico sistema de irrigação de largo uso no Brasil. Se bem operado, é de grande eficiência, pois cria seu próprio regime de chuvas em sua área de abrangência, o que vale a outras lavouras, plantadas no rodízio de



culturas.

A quem nunca viu nenhum deles, explico. O pivô central funciona como se fosse uma pessoa em pé, girando no mesmo lugar, com dois longos braços abertos, aspergindo água. Ao longo dessas hastes, espécies de pirâmides, que são tripés com rodas, forçam o movimento circular, em torno do poste central (o corpo), que puxa e distribui o líquido.

O pivô é regulamentado por lei e precisa de licença ambiental pra ser implantado. O sistema foi inventado e desenvolvido nos EUA, nos anos 1950, e trazido ao Brasil na década de 1980, por fabricantes nacionais, que compraram os direitos e o implantaram inicialmente no estado de São Paulo.

Um único pivô abrange uma área que vai de 50 a 130 hectares e movimenta um volume de água capaz de abastecer uma cidade de até 5 mil habitantes. Em Cristalina, por exemplo, que é o segundo maior município de Goiás, há mais de 700 pivôs em operação. É só fazer as contas pra se ter uma ideia do tamanho disso.

OS CAMINHOS DA SOJA

O transporte da soja é feito principalmente por rodovias, mas envolve também ferrovias e hidrovias em suas trajetórias aos centros de processamento, armazenamento e exportação. Movimenta com isso a economia na produção de caminhões, carretas, locomotivas, vagões e barcaças graneleiras.

Grupos de produtores têm silos de armazenagem em suas regiões. Dali, a soja toma o rumo das indústrias ou dos navios transoceânicos. Esses trajetos,

ou parte deles, são sempre feitos por rodovias.

As exportações são feitas por portos já tradicionais, como os de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Mas há rotas mais recentes que encurtam em milhares de quilômetros a distância até a Europa ou Ásia.

Duas delas estão na Ama-



zônia. Uma interliga a rodovia Belém-Brasília e as ferrovias Norte-Sul e Carajás ao Porto de Itaqui, no Maranhão. Outra leva o grão produzido em Rondônia ao porto da capital, Porto Velho. Dali, desce em barcaças

pelo rio Madeira, até bater em Itacoatiara, já no rio Amazonas, onde aguarda os navios que seguirão mundo afora.

Uma barcaça de 200 metros de comprimento por 33 de largura carrega 16 mil toneladas de grãos, carga que ocuparia 600 carretas nas rodovias.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Os efeitos da agricultura extensiva sobre o meio ambiente começam com o próprio manejo das terras cultivadas. Enormes áreas são desmatadas em

todos os biomas de maneira uniforme, normalmente ignorando por completo a fauna e a flora nativas, com invasão e consequente destruição de vedas e matas ciliares.

Com a mecanização exagerada, são atingidas as nascentes de cursos d'água de forma letal. Na parte leste da

do país.

Ademais, na maioria das fazendas surgidas nas últimas décadas foi abolido o uso de curvas de nível nos terrenos plantados. Assim, as águas de chuvas ou da irrigação levam consigo os próprios solos, assoreando cursos de água, vedas, lagoas e lagos.

No entanto, este acaba sendo apenas um problema, igualado por outros, tão ou mais agressivos, como é o caso dos agrotóxicos. O uso indiscriminado de venenos, borrifados por pequenos aviões-tanques, atingem também áreas que não são de cultivo.

Contamina pastagens e, em consequência, o gado que nelas se alimenta. Também afetam as matas, habitat de mamíferos silvestres, pássaros e outros seres vivos, além dos rios, atingindo o peixe que é também alimento humano. E atingem de igual modo as faixas de domínio de rodovias e núcleos habitacionais, agindo diretamente sobre as

pessoas.

Em muitos casos, os produtos borrifados são de uso proibido, já banidos na Europa e nos EUA. São adquiridos de forma ilegal, por contrabando, e os órgãos de controle alegam

dificuldades operacionais que prejudicam a punição dos (ir) responsáveis. A Justiça, muitas e muitas vezes, dá ganho de causa ao infrator.

A última grande apreensão de que se tem notícia foi feita pelo Ibama na fronteira de Rondônia com o Amazonas, há quatro anos. Grande parte das quatro toneladas de agrotóxicos apreendidas era do reagente 2,4D, que vinha sendo usado pra desfolhar a floresta, antes do desmate completo.

O detalhe é que este é um dos dois principais componentes do Agente Laranja, que fez atrocidades na Guerra do Vietnã, na década de 1960. A Monsanto, principal responsável por este e outros venenos vendidos no Brasil, paga indenizações e responde a um mundaréu de processos na justiça dos EUA.

Por fim, o novo Código Florestal, implantado pela Lei 12.651/2012, flexibiliza bastante as regras de proteção de florestas e outras vegetações nativas. Essa lei foi aprovada pelo Congresso Nacional, apesar de críticas de entidades ambientalistas e organizações sociais.

A junção de tudo isso provoca, com bastante frequência, o esgotamento de enormes áreas. Estas, quando não recuperadas – até porque custa caro –, são desertificadas, como apontam levantamentos do ICMBio e Ibama em incontáveis pontos do país.

O mais interessante, contudo, é que hoje em dia existe tecnologia capaz de compatibilizar a agropecuária com a preservação ambiental. Basta reduzir a ganância e aumentar a vontade de fazer direito.

MUDANÇAS NA POLÍTICA AGRÁRIA

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como parte dos cortes feitos pelo governo interino de Michel Temer, não é um simples enxugamento da máquina pública, como apresentado. Significa mudanças na política agrícola oficial, num caminho ainda não sabido, mas previsível.

O MDA foi criado, no formato que vinha funcionando, em 2003, como resultado de longos anos de experiências de uma pasta destinada a cuidar de tensões e promover o desenvolvimento sustentável no campo. Sua primeira versão vem do Ministério para Assuntos Fundiários (MEAF), criado em 1982, ainda na di-

tadura militar.

Em 1985, foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), que passou por mudanças de nomes e atribuições até chegar ao seu formato, agora extinto. Voltou ser uma secretaria do Ministério da Agricultura, uma volta ao passado.

Sua principal função era a de criar assentamentos e dirimir conflitos fundiários, inclusive na Amazônia e em terras indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas. E, é claro, apoiar a produção de alimentos, especialmente pela agricultura familiar.

Sua atuação era respaldada por conselhos e outros colegia-

dos que forçavam a participação dos produtores rurais de todos os portes nos debates. E vinha tendo papel importante no ordenamento do uso da terra, de modo a reduzir e até eliminar, em muitos casos, a degradação do ambiente natural.

O rebaixamento hierárquico do ministério, com já anunciada mudança de funções, pode vir a contribuir com a expansão descontrolada da soja. E priorizar a grande propriedade.



Jaime Scutchuk
Jornalista. Escritor



COMO SE PREPARA CAFE TURCO

Dizem os grandes entendidos que é menos excitante que o café filtrado. Os menos entendidos limitam-se a louvar-lhe o gosto, realmente ótimo. Você já experimentou? A receita é simples.

Escolha um recipiente que possa ir ao fogo. Use 100g de água para cada xícara. Quando a água estiver em ponto de ebulição, acrescente uma colher (das de sobremesa) de pó de café bem fino, uma para cada xícara. Leve de novo a ferver, retirando imediatamente do fogo. Recomece esta operação 3 vezes em seguida.

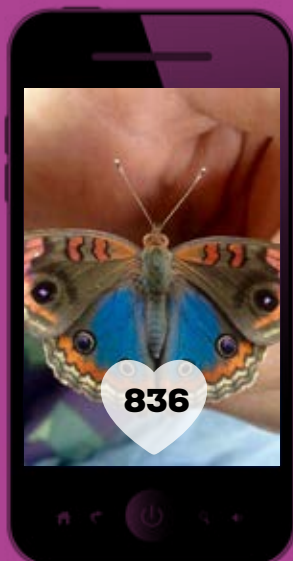
Uma gota de água fria, pingada no recipiente, fará com que o pó desça ao fundo.



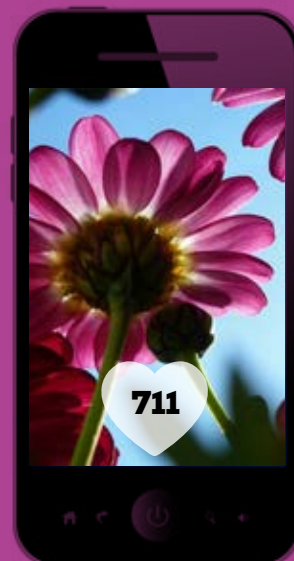
Fonte: Clarice Lispector. Só para Mulheres - Conselhos, Receitas e Segredos. Organização Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

As imagens mais populares da @revistaXapuri

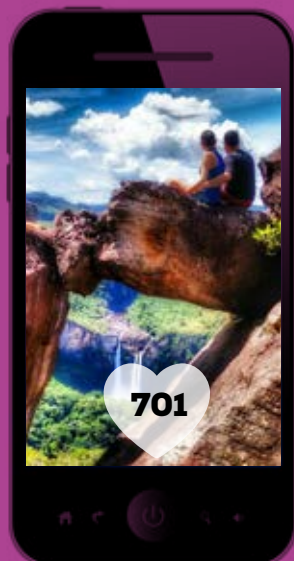
@vanessac_a



@loreveag



@rotasdachapada



Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

A FLORESTA FOSSILIZADA DO TOCANTINS

Leovigildo Santos

Há milhões de anos o Tocantins abrigou uma floresta que hoje é considerada a mais completa e uma das maiores reservas de vegetais fossilizados do mundo. O Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MNAFTO) abrange uma área de 32 mil hectares, no Norte do estado.

Essas árvores viveram no Período Permiano – último da Era Paleozoica, entre 295 e 250 milhões de anos, sendo assim anterior aos dinossauros. Os fósseis encontrados contêm informações valiosas de importantes transformações geológicas ocorridas no passado.

No final daquele período, nosso planeta assistiu à maior extinção em massa da fauna e da flora, em que aproximadamente 90% das suas espécies marinhas e 70% das terrestres desapareceram.

Ali, são encontrados fósseis de pteridófitas (samambaias), esfenófitas (cavalinhas), coníferas (gimnos-

permas coniferófitas) e cica-dácias (Cycas). Grande parte do material é de fósseis de samambaias do gênero *Psaronius*, que não existe mais. As samambaias pré-históricas eram árvores gigantes, que podiam chegar a 30 metros de altura, sendo que algumas de suas folhas ficaram impressas nas rochas da região.

O alto índice de samambaias indica que a região central do Tocantins era uma planície costeira com um farto sistema hídrico durante o período Permiano. O clima era tropical, porém há dúvidas se o ambiente era amazônico ou parecido com o Cerrado. O fenômeno de fossilização é raro, acredita-se que menos de 1% de todas as espécies que já existiram na Terra foram fossilizadas, mais um sinal do valor histórico da Unidade de Conservação.

Por pouco tamanha riqueza da história natural não foi perdida, em 1996, quando o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) emitiu uma licença de pesquisa à Mineração Pedra de Fogo Ltda. Mas, ao invés de pesquisar a riqueza mineral da região, a empresa extraía e comercializava os fósseis de forma irre-

gular.

Ao saber do fato, a Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP) manifestou-se, denunciando ao Ministério Público do Estado do Tocantins. Como resultado de tal denúncia, o governo estadual, com a finalidade de combater a exploração ilegal e proteger os fósseis, criou o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins.

Além dos fósseis, a área também apresenta uma rica biodiversidade. Boa parte das faixas de vegetação nativa está em bom estado de conservação, desde fitofisionomias mais abertas como campo sujo, passando por cerrado sentido restrito até cerrado denso e cerradão, e foram identificadas seis espécies endêmicas da flora no MNAFTO.



Foto: www.gesto.to.gov.br

A região é rica em espécies úteis, com potencial madeireiro, alimentício, medicinal, melífero e artesanal.

Esta Unidade de Conservação, com espaços naturais ainda significativos, desempenha importante papel como um corredor de dispersão da fauna terrestre, além de abranger notável diversidade

de formações vegetacionais, como o cerradão, o campo cerrado, além das matas de galerias que margeiam os cursos d'água e enclaves de florestas de afinidades amazônicas e matas secas, com uma sequência contínua de interfaces e gradientes ambientais.

Foram identificadas também 77 espécies de mamíferos,

208 de aves, 17 de anfíbios e 33 de répteis, um total de 335 espécies, sendo 16 endêmicas.



Leovigildo Santos
Engenheiro Florestal
Gurupi -Tocantins

MÃE-DO-OURO

Lúcia Resende

Contam os mais antigos que desde meados do século 18, tempo do Ciclo do Ouro, a Mãe-do-Ouro anda pelo interior do Brasil, especialmente nas regiões onde existe o cobiçado metal. Aqui em Goiás não há quem já não tenha ouvido falar nela.

Tida como grande defensora da Natureza, a entidade aparece sob a forma de uma bola de fogo, pairada no ar, indicando os locais onde se encontram jazidas de ouro que não devem ser exploradas. Dizem que é uma espécie de protetora desses depósitos naturais de ouro e que graças a ela ainda não devastaram tudo. Todo garimpeiro sabe que a desobediência ao aviso é certeza de infortúnio.

Mas a lenda diz que a Mãe-do-Ouro é ainda mais implacável ao saber de um caso de violência contra a mulher. Ai, durante a madrugada, a bola de fogo se transforma em uma belíssima mulher, trajada com um vestido longo de seda e com cabelos dourados refletindo muita luz, e sai voando pelos ares até o local onde a sofredora mora com seu algoz. Usando do seu fascínio, atrai o malvado e o leva para uma caverna de onde nunca mais o liberta.

Desaparecido o fulano, ela trata de colocar outra pessoa na vida da mulher, um companheiro ou companheira de verdade, para partilhar conquistas e enfrentar as lutas cotidianas.

Eu mesma, nunca vi. Mas não sou garimpeira e nem homem que maltrata mulher. Mas, considerando quem me contou, não posso duvidar que exista.



Lúcia Resende
Professora

@mluciacres

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ataque aos direitos dos trabalhadores

Os trabalhadores defendem a necessidade de desmistificar a tese de déficit da Previdência tão propalada pelo governo interino de Michel Temer e pelos empresários para justificar uma reforma que na verdade significa um golpe nos direitos sociais. Estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) demonstram que a arrecadação da contribuição previdenciária tem sido superavitária. Só em 2014, foram R\$ 53,9 bilhões.

Para se contrapor à proposta de reforma da Previdência, que estabelece a idade mínima para acesso à aposentadoria de 65 anos tanto para homens quanto para mulheres, o Sindicato dos Bancários de Brasília apoia

a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, que visa mobilizar os parlamentares para barrar essa medida nociva à classe trabalhadora.

Distorção do conceito

A extinção do Ministério da Previdência Social, com a transferência de suas atribuições para os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Social, é vista com preocupação pelo movimento sindical.

“Essa medida distorce todo o conceito de Seguridade Social que, com muita luta e mobilização, foi instituído na Constituição Federal de 1988 (art.194) e estabelece como direitos fundamentais dos seres humanos a saúde, previdência e assistência social”, ressalta o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.



JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O TERRITÓRIO PRECISA FALAR

Jacy Afonso

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que no Brasil os jovens com idade entre 15 e 29 anos representam mais de 50 milhões de pessoas, correspondendo a 26% da população total.

A sociedade brasileira, em diferentes momentos históricos, contou com a mobilização das pessoas jovens por múltiplas causas. Podemos citar a luta contra a ditadura, a participação nas Diretas, Já! e na Constituinte. Desta resultou, dentre muitos outros direitos, o de votar aos 16 anos.

Porém, o debate efetivo sobre a necessidade de políticas públicas para a juventude surgiu no final dos anos 1980, a partir das mudanças nas estruturas produtivas mundiais, quando as políticas de flexibilização de direitos, o enxugamento do Estado e a intensificação da violência atingiram particularmente as pessoas jovens.

No atual momento brasileiro, a juventude também se manifesta dividida. O historiador Perry Anderson afirma que os jovens precisam se opor, atuar politicamente e tomar os temas da nação em suas próprias mãos para construir sua própria identidade.

Diz ele que a juventude é o terreno mais suscetível a rebelar-se. Alerta sobre a moda intelectual, que pode ser peri-

gosa; exige atenção e cuidado. Portanto, a definição das políticas públicas para essa faixa da população é desafiadora. Precisa considerar os anseios dos próprios jovens e as necessidades coletivas.

Para tanto, é fundamental encontrar mecanismos de integração territorial dos programas e ações que devem considerar a sustentabilidade socioambiental, a dimensão cultural, os elos de pertencimento e as diferentes dimensões da subjetividade das juventudes locais.

No Brasil, as primeiras demandas sobre as questões juvenis envolveram instâncias do poder público e diferentes atores da sociedade civil. As ações eram de contenção do desemprego e prevenção da violência, sem se falar em direito. Ainda nesse contexto, a Constituição de 1988 assegurou o voto aos 16 anos.

Somente a partir de 2005, no primeiro governo Lula, foi implementada uma Política Nacional da Juventude, sendo criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, com o objetivo de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens, contextualizando, então, a linguagem dos direitos, o que passou a organizar e ressignificar demandas que exigiam reconhecimento

e participação da juventude.

Muitos avanços ocorreram: o Estatuto da Juventude, a realização de três conferências nacionais, a criação do Participatório, do Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural. Destacam-se também os Programas de Cotas, de Idioma, o Ciência sem Fronteiras, Sisu, Fies, Pronatec, Pronacampo, Pronaf.

Essas políticas precisam avançar e chegar aos municípios, considerando a multiplicidade, a desigualdade, a diversidade e a singularidade que permeiam as questões da juventude. Demandam ações que devem contribuir com a consolidação da Política Nacional da Juventude, o que exige a criação de espaços institucionais no âmbito do Poder Executivo local.

O município ainda está distante da democratização da participação dos jovens. A aprovação de marcos legais é importante para ampliação e fortalecimento institucional. Mas não é o suficiente.

O Executivo local deve atuar na criação de um órgão gestor, garantindo condições políticas e estruturais para seu funcionamento institucional, a exemplo das demais instâncias municipais, como as de políticas de educação, criança e adolescente, assistência social.

No campo, os agricultores familiares vêm conquistando incentivos para continuar na área rural; mas faz-se necessário avançar nas políticas públicas que ofereçam estrutura e oportunidades para os jovens. Entre as pautas dos movimentos de trabalhadores rurais, inclusive para manter e/ou trazer de volta os jovens ao local, estão o Plano Nacional de Banda Larga no Ambiente Rural, a Educação no Campo, o fortalecimento do Plano Nacional da Habitação Rural e a Reforma Agrária.

Políticas coerentes exigem o reconhecimento da diversidade social e organizativa da juventude, definindo prioridades e áreas estratégicas para as ações da gestão pública; sempre em permanente articulação e diálogo com os vários atores sociais e organizações de jovens.

Condições de moradia, escolaridade, trabalho, situação econômica, discriminações de gênero, raça e etnia são formas manifestas de desigualdades sociais e devem ser levadas em conta na construção da política pública de juventude.

Esta também deve incluir lutas específicas dos segmentos locais: jovens em situação de vulnerabilidade, do campo, mulheres, negros(as), povos tradicionais, com deficiência, LGBT. Essas definições possibilitam iniciativas de políticas municipais específicas e o acesso à gestão das políticas

públicas federais.

Diante do atual contexto, com o desmonte dos espaços institucionais, orquestrado pelo governo golpista do interino Michel Temer, os jovens têm dado exemplos de resistência. Lutam por espaços nos locais públicos: escolas, teatros, praças. Confrontados pelos desafios, passam a desafiar o Brasil pela garantia de direitos básicos e fundamentais, como educação, saúde, segurança e lazer. Exigem e têm direito à ampliação da cidadania. Lutemos com eles.

Mudar o mundo a partir da aldeia. A cidade é da cidadania!



Jacy Afonso
Sindicalista

CNS 30 ANOS

Uma trajetória, um legado, uma luta

Há 30 anos, as veias ardentes de um combativo movimento local saltaram as fronteiras da floresta para, em Brasília, durante o I Encontro Nacional do Seringueiros, mostrar ao Brasil e ao mundo a força de uma voz coletiva em defesa das populações extrativistas da Amazônia. Ali surgia, em outubro de 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o CNS.

Foi também ali que, em nome do recém-criado CNS, um ousado seringueiro acreano apresentou, pela primeira vez, a proposta dos próprios povos da floresta de uma reforma agrária ecológica para a Amazônia. A proposta era a das Reservas Extrativistas, que permitem às famílias extrativistas a posse da terra e o usufruto das riquezas da floresta, sem a ela causar danos ambientais. O seringueiro era Chico Mendes.

Desde então, em memória e respeito ao legado de Chico Mendes, o CNS, que em 2009 passou a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas, para abrigar o vasto mosaico de entidades extrativistas que se espalharam

por todo o território brasileiro, representa as posições mais avançadas do movimento social dessas populações.

A principal bandeira de luta do CNS sempre foi – e é – a criação, a ampliação e a consolidação das Reservas Extrativistas e dos demais projetos de preservação do patrimônio de sociobiodiversidade brasileiro. Desde 1985, o CNS acompanhou processos de criação de Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento, Florestas Nacionais, perfazendo um total de 760 unidades de conservação em todo País.

Muitos são os desafios enfrentados pelo CNS: lutar para que a atividade produtiva sustentável não coloque em risco a natureza; investir no manejo sustentável dos recursos naturais e na valorização dos produtos do extrativismo; exigir dos governos a garantia dos serviços essenciais do Estado para as populações extrativistas; e, tão importante quanto, criar os mecanismos de participação das mulheres e da juventude nas lutas presentes e futuras.



*Chico Mendes
30 anos*

Em 2018, a luta do CNS e dos povos da floresta completa 30 anos sem Chico Mendes, símbolo maior da trajetória de construção social, sindical e ecológica em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem. Porém, o tiro certo que assassinou Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 foi incapaz de calar seu sonho de justiça e de liberdade. Chico Mendes continua vivo na luta e na esperança de cada qual de nós.

Essa luta tem permitido muitos avanços com relação à defesa da floresta, mas infelizmente a violência continua ceifando vidas e provocando imensas dores no coração da Amazônia, apontando o rumo dos embates.

O CNS começa agora, no segundo semestre de 2016, o projeto CHICO MENDES - 30 ANOS, rumo à construção de uma grande mobilização nacional para honrar a memória e fazer multiplicar os ideais de Chico Mendes pelo Brasil e pelo mundo.

Chico Mendes Vive!



PEQUENA VIAGEM AO CENTRO DA TERRA IV

VULCANISMO

Altair Sales Barbosa

A grande maioria dos magmas se resfria e cristaliza, formando as rochas plutônicas, mas alguns chegam até a superfície na forma de fluxos de lavas ou materiais piroclásticos, e a este fenômeno dá-se o nome de vulcanismo.

Os vulcões em erupção são na realidade manifestações dos processos da dinâmica interna do planeta Terra. Durante o período histórico, cerca de 550 erupções vulcânicas foram registradas. Isto significa que, embora alguns vulcões há muito não se manifestem, podem ser considerados ativos.

Em qualquer momento do tempo atual no mínimo 12 vulcões estão em erupção em algum lugar da Terra. Além dos vulcões considerados ativos, existem numerosos vulcões adormecidos. Ou seja, vulcões que não entraram em erupção recentemente, mas onde, a

qualquer momento, este fenômeno pode vir a acontecer.

Alguns exemplos clássicos são Vesúvio, na Itália, que não mostrou sinal de atividade, na memória humana, até o ano de 79 Depois de Cristo, quando entrou em erupção, trazendo consequências desastrosas para os seres humanos, causando a destruição de cidades como Herculano, Pompéia e Estábias. E o vulcão do Monte Pinatubo, nas Filipinas, que permaneceu adormecido por cerca de 600 anos, mas em 1991 entrou em erupção, produzindo a maior explosão vulcânica dos últimos 50 anos.

Alguns vulcões são considerados como inativos, ou quem sabe extintos, pois não entram em erupção há muito tempo. Como é o caso do vulcão de Iporá, em Goiás.

Quanto à gênese, pode-se considerar a existência de dois

grupos básicos de vulcões. O primeiro tipo está relacionado à influência das superplumas, fenômeno que ocorre no manto da terra. O segundo grupo resulta do mecanismo de subducção de placa, que consiste no mergulho de uma placa tectônica sobre outra placa, fato que provoca terremotos e vulcões. Dois fenômenos intimamente associados.

Os vulcões podem se apresentar de diferentes formas. De modo geral, a forma é a de uma montanha cônica formada ao redor de uma abertura, por onde são expelidos lavas e materiais piroclásticos, mas há vulcões que se apresentam com várias aberturas laterais.

A maior parte deles possui uma depressão circular no seu cume, conhecida como cratera. Outros, entretanto, se nos apresentam na forma de caldeira, que atinge proporções

quilométricas. Outros ainda possuem em suas depressões lagos, também conhecidos como lagos de crateras, que podem guardar entre os seus conteúdos gases devastadores. Em 1986, em Camarões, na África, 1.746 pessoas e milhares de animais morreram quando uma nuvem de dióxido de carbono as tragou. O gás estava acumulado nas águas do lago Nyos, que ocupa uma cratera vulcânica.

A maior parte dos gases liberados pelos vulcões se dissipa rapidamente na atmosfera. Os gases vulcânicos são compostos em sua maior parte por vapores de água. Mas em menor quantidade ocorrem dióxido de carbono, nitrogênio, dióxido de enxofre e gás sulfídrico, monóxido de carbono, hidrogênio e cloro.

Dependendo do tipo de magma, que pode ser félsico ou máfico, os gases podem expandir ou escapar de forma mais fácil ou não para a atmosfera. Em 1783, na Islândia, gases tóxicos lançados por erupções de fissura tiveram efeitos de catástrofes. Cerca de 75% do gado morreu, e a névoa resultante do gás provocou baixas temperaturas e quebra na safra, causando a morte de 24% da população.

Morte de árvores em grande extensão são resultantes de gases expelidos por vulcões que alteram o processo de fotossíntese e provocam a redução

de oxigênio no solo. Mudanças climáticas, localizadas ou não, são também consequências de atividade vulcânicas.

OS DOMOS VULCÂNICOS E O CASO DE MARTINICA

Os denominados "domos de lava" são configurações que se formam junto aos vulcões, em função da pressão ascendente ser muito forte, tendo em vista a grande viscosidade da lava, classificada como félsica. Quando rompidos esses domos são altamente destrutivos e têm ocorrido em várias partes. Um exemplo da capacidade destrutiva desses domos é narrada por WICANDER E MONROE (em sua obra Fundamentos da Geologia).

Em 1902, o magma viscoso se acumulou sob o cume do monte Pelée, na ilha da Martinica. A Pressão interna da montanha cresceu a ponto de não poder mais ser contida, e o lado da montanha rompeu em uma tremenda explosão. Quando isso ocorreu, uma nuvem de materiais piroclásticos e gases móveis e densos, chamada nuée ardente (nuvem incandescente, em francês) foi expelida e correu montanha abaixo a uma velocidade de 100 km/hora, engolfando a cidade de St. Pierre.

Uma tremenda ventania atingiu St. Pierre e arrasou prédios, atirou matacões, arrancou árvores, jogou entulho nas

ruas e deslocou em 16 m uma estátua de 3 toneladas. A ventania foi seguida de rodopios de uma nuvem de cinzas incandescentes e gases com uma temperatura interna de 700 oC, que incinerou tudo em sua passagem. A nuvem ardente passou por St. Pierre em dois ou três minutos, mas foi seguida por uma tempestade de fogo enquanto os materiais combustíveis queimavam e barris de rum explodiam. Mas, àquela altura, a maioria dos 28 mil residentes da cidade já estava morta. De fato, na área coberta pela nuvem ardente, somente duas pessoas na própria cidade haviam sobrevivido.

Um sobrevivente estava do lado de fora da nuvem ardente, mas, mesmo assim, ficou terrivelmente queimado e sua família e seus vizinhos foram todos mortos. O outro sobrevivente um estivador, preso na noite anterior por conduta desordeira, estava em uma cela sem janelas, parcialmente abaixo do nível do solo. Ele permaneceu em sua cela, queimado, por quatro dias após a erupção, até que os trabalhadores do resgate ouviram seus gritos pedindo ajuda.



Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia.
Pesquisador do CNPQ

MARA RÉGIA, A VOZ DA FLORESTA

*"Mara Régia, já te salvei tantas vezes das águas..."
Como assim? "Quando eu tô lá na ponte ensaboando a roupa te boto lá falando. De repente tu escorrega no sabão e tenho de correr pra te salvar da correnteza."*

**Maria do Boiadeiro, ouvinte de Mara Régia no Pará,
em texto de Eliane Brum.**

Zezé Weiss

Não tem comunidade da Amazônia que não conheça Mara Régia, a moça do rádio, umas das vozes mais ouvidas e mais queridas dos povos da floresta.

Há 23 anos, todo domingo de 8h às 10h, Mara Régia fala com as mulheres da floresta, e também com rádios parceiras, por meio do programa Natureza Viva, em rede nacional a partir de Brasília, direto dos estúdios da Rádio Nacional da Amazônia.

É íntima de todas elas. Tão íntima ao ponto de se querer saber notícias da amiga distante, em um sentimento lindamente retratado por Eliane Brum em sua belíssima "Carta da Floresta", conforme relato da também jornalista Daniela Arbet em crônica publicada na coluna "Em terra de cego", do jornal Tribuna de Minas:

– Como vai a Mara Régia, perguntou uma nativa a Eliane, quando ela trilhava a Transamazônica para contar história na década de 1990. Sem saber de quem se tratava, a jornalista assumiu seu desconhecimento.

– Mas que repórter bem de boa você deve ser, heim, mulé. Mara Régia vive lá onde você vive, não sabe? Mas é como se fosse da minha família!

Eliane continuava em apuros.

– Mara Régia é da rádio. Nunca ouviu, não? A gente aqui ouve ela tudinho, disse o marido da "mulherzinha morena" que, com pena

da jornalista, saiu em seu socorro.

Domingo vai, domingo vem, lá está Mara Régia no ar, navegando os rios nas ondas do rádio, como os Regatões da Amazônia que, no passado, levavam mercadorias e recados para os ribeirinhos. É desse jeito que compartilha lições aprendidas em seus encontros com as parteiras, raizeiras, lideranças indígenas, trabalhadores rurais.

Como se fosse uma mulher-ponte, num incessante Leva e Traz, título de um dos quadros de seu programa revista, revela talentos como o da cantora Maria Maia, do Nortão do Mato Grosso, e poesias como a de uma "Maria Quarquê", que vive em Xinguara (PA), com o povo do campo, das águas e da floresta. Mas Mara fala igualmente com a cidade através da MEC AM, no Rio de Janeiro, e Rádio Nacional de Brasília AM. Mata Atlântica e Cerrado, Natureza Viva!

Por vezes, uma história gera outra, formando redes radiais entre Mara Régia e sua audiência, teias que envolvem e entrelaçam as próprias pessoas que a ouvem. Ano passado, quando fui diagnosticada com um agressivo câncer de mama, Mara Régia considerou importante usar meu caso para informar e conscientizar "suas" mulheres da floresta.

Em longa conversa, falamos do diagnóstico, do tratamento, das agonias e esperanças de uma pessoa em tratamento de uma doen-

ça grave. Semanas depois, me liga Mara Régia:

– Amiga, precisamos fazer nova entrevista. Dona Maria, lá de Ananindeua, no Pará, anda perguntando sobre você e sobre como anda o seu tratamento. Ela quer saber se a receita do açafraão deu certo.

Fizemos outra entrevista, e mais outra, e muitas outras. Há poucas semanas, recebo um e-mail do Joaquim José, de Macaé, no Rio de Janeiro:

– A Mara Régia me falou do seu uso do açafraão para tratar do câncer. Queria muito que a senhora explicasse como funciona e me mandasse a receita. Ofereço-me para mandar a receita por zap, onde estico a conversa. Pergunto como está a Mara Régia, se a viu recentemente, no Rio ou em Brasília.

– Que nada, quem me dera, responde Joaquim. A Mara Régia eu não conheço pessoalmente, mas é como se conhecesse de perto porque acompanho a voz dela pela Rádio Nacional há mais de 20 anos. Não tem domingo que ela não fale comigo.

Pra quem a conhece pessoalmente, Mara é ao mesmo tempo intensa e leve. Intensa na luta permanente em defesa dos direitos humanos, na voz assegurada às quase sempre anônimas mulheres da floresta, no combate aberto à violência doméstica e a todas as formas de opressão da mulher e do povo brasileiro. Leve no sorriso



aberto, no abraço apertado, na sensação de aconchego que se sente ao lado dela.

Com Mara, a prosa volta sempre para o programa Natureza Viva, levado ao ar das 8 às 10 da manhã, e retransmitido no Acre pela Rádio Difusora Acreana num outro fuso horário. Os assuntos tratados? De tudo um pouco, das dicas de remédios caseiros ao impacto das mudanças climáticas e do Cadastro Ambiental Rural – CAR na agricultura familiar.

Na prática, Mara Régia é uma grande e fascinante tradutora. O negócio dela é transformar temas complexos em informação decodificada e acessível às populações da Amazônia. Para isso, conta causos, inventa radionovelas, dramatiza, adora brincar com a própria voz, que já é linda uma quantidade. E isso não vem de agora.

Uma pesquisa da Universidade Metodista de Piracicaba em 2013, quando o programa completou 20 anos, constatou que todas as lideranças comunitárias da Amazônia conheciam o programa Natureza Viva, e que cerca de 77% já haviam adotado pelo menos uma dica da Mara Régia.

Em 2000, Natureza Viva perdeu a frequência, deixou de ser transmitido pela então Radiobrás, hoje EBC, Empresa Brasil de Comunicação, mas graças a parceria do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), que desde 1993

apostaram na ideia de traduzir o conceito de sustentabilidade para os povos da floresta, o programa não sofreu descontinuidade.

Ganhou espaço em rádios comunitárias como a Viva Rio, RJ, e a Gameleira. Além disso, consolidou seu espaço na Rede Aldeia de Rádios Educativas do Acre e na Voz das Selvas, como é também conhecida a Rádio Difusora Acreana que tem sede em Rio Branco.

Após três anos, de volta aos microfones da Nacional, o programa continuou sua trajetória de sucesso e hoje alcança mais da metade do território nacional, chega em toda a região Norte e se estende para o Maranhão, Piauí, para vários outros estados do Nordeste, do Centro-Oeste e mesmo do Sudeste e do Sul, atingindo potencialmente uma audiência de 7 milhões de pessoas. Fosse a pesquisa repetida, provavelmente os índices de audiência seriam muito maiores.

"É assim mesmo", concorda desde Xapuri o seringueiro Raimundo Barros, o Raimundão, primo de Chico Mendes: "por aqui no domingo a gente só sai de casa depois do programa da Mara, porque ela traz

sempre uma ideia boa para melhorar a vida da gente. O tempo que o programa ficou fora do ar, dizem que por problemas técnicos (maio de 2013 a fevereiro de 2014), acordar cedo não tinha a menor graça", completa Raimundão.

Com tanta experiência (23 anos no ar), com o seu quadro "Natureza Mulher" sendo o xodó de milhões de mulheres Brasil a fora, era para Mara Régia, uma das maiores especialistas em Gênero e Comunicação no Brasil, ser uma jornalista muito convencida. Mas não é.

Nem mesmo os muitos prêmios recebidos ao longo da carreira – Prêmio Towards 2000; Prêmio Embraça de Reportagem Troféu Gaia (1996), Prêmio Cláudia categoria Trabalho Social (2004) e por suas ações sobre gênero e meio ambiente em 2005, nem o privilégio de comandar o programa sozinha desde 1997, a fazem mudar de tom.

Assumidamente uma mulher moderna do meio urbano, a carioca Mara Régia Di Perna, moradora de Brasília há quase três décadas, deixa clara sua opção pelos povos da Amazônia. "É uma relação profunda, de muita amizade. Não posso viver sem o contato com a natureza, com as águas dos grandes rios e com a sabedoria dos povos da floresta", resume Mara, essa mulher-rede que carrega no nome a flor símbolo da Amazônia: vitória régia. Haja majestade!



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

A prefeitura investe em obras que melhoram a nossa qualidade de vida.



Complexo Mauro Borges (Viaduto da Av. 88)



UPA Jardim Curitiba



Parque Campininha das Flores



Asfalto no Residencial Orlando de Moraes

É a Prefeitura de Goiânia gerando sustentabilidade para toda a cidade.

Saiba mais
#goiãiasustentável



PREFEITURA DE GOIÂNIA



NÃO FOI (SÓ) POR AMOR!

Iêda Vilas-Boas

Em memória de grandes amores espalho estes versos. Para Eugênia e Castro Alves, Pórcia e Leorcino, e para o maior referencial de amor, que não conheci, mas de quem tenho ouvido falar desde minhas pioneiras batidas do coração: Enézia Cândida e Jerônimo Pedro Villas-Boas. Para vocês, no além, todo o amor deste e de outros mundos.

I
Dessa vez eu me apaixonei
Não foi por você
Mas pelos seus olhos de absinto
Seus dentes de tigre se abrindo
Seu cheiro de cavalo marinho
Pelo seu sorriso largado
Pela leveza de sua alma dormindo
Pelo seu corpo faminto
Eu - de novo - me apaixonei
Mas não foi por você!

II
Punhal
Lâmina fria
Aço cortante
Na carne endurecida
Peleja vivida: ferida.
Força mais que devida
Dilacera, remexe, sangra,
Dolorida: ferida.
Fundo nas profundezas
Não se importa com a saída
Solitária: ferida.
Do peito e da pretendida
Rasga, abre e retira
Desvairada: ferida.
O Coração
Veste o verbo
Palavras doidas
Lavras de tempo perfeito
Nesta cruzada: ferida.
Envolto em palavra certa
Complexa missiva. Flecha.
Chaga aberta: ferida.
Certeza mais que perfeita
Fino fio da teia
Cortado. Dilacerado. Rasgado
Ah, Essa imperfeita vida!

III
Torno
Contorno
Viro
Reviro
Mexo
Remexo
Permaneço
Sou Eva vindoura
Sou Eros latente
Soltando anelos
Cabelos ao vento
Sou flor do Cerrado
Do pé de pequi
Mulher Cerratense
Querendo homem FLor
Cantando desejos
Falando de amor.



Iêda Vilas-Boas
Escritora

SINTEGO ITINERANTE

O SINDICATO COM O PÉ NA ESTRADA



Educadores de São Miguel do Araguaia lotaram o plenário da Câmara Municipal, durante o Sintego Itinerante.

Entre os meses de abril e junho, os mais de 12 mil quilômetros de estrada (ida e volta) que unem a Central do Sintego, em Goiânia às suas 36 Regionais Sindicais, localizadas em todos os quadrantes do Estado de Goiás, foram percorridos nesse “jeito novo de caminhar” e de fazer luta sindical: o Sintego Itinerante.

Garra, determinação, entusiasmo e disposição são as palavras-chave do Sintego em sua itinerância. Coordenada pela presidenta Bia de Lima, a equipe de seis profissionais foi a campo para cumprir com o compromisso de campanha da Chapa 1 para a gestão

“Não tenho um caminho novo.
O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar.”

Thiago de Mello

2014/2017: aproximar e fortalecer a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras da Educação.

Em reuniões ou em visitas às escolas, Bia de Lima teve a oportunidade de aprofundar

as discussões e atender às demandas da categoria. “O Sintego Itinerante é uma forma de nos aproximarmos ainda mais dos trabalhadores da Educação, discutir na base, de orientar juridicamente nossos filiados e de fortalecer a nossa luta em defesa dos nossos direitos, principalmente neste momento em que sofremos ameaças de perdas de direitos duramente conquistados, como o Piso salarial, a aposentadoria especial e até mesmo a nossa estabilidade”, declara Bia de Lima.

Assim, de município por município, reunião por reunião, escola por escola, o Sintego Itinerante foi cumprindo suas metas de atendimentos, como sindicalização e cadastramento; assistência jurídica para solucionar pendências de aposentadoria, averbação, titularidade, progressões, em resumo: melhorando e ampliando o vínculo do sindicato com a base.

Mas também, o Sintego Itinerante foi além disso, procurando solucionar situações junto às administrações municipais e garantir ganhos aos educadores, como o pagamento do Piso, em Quirinópolis; implantação de Plano de Carreira, em Amaralina; e pagamento da titularidade, em Simolândia.

O SINTEGO ITINERANTE E A CATEGORIA

Junto à categoria, o Sintego Itinerante foi absolutamente aprovado. Despertou nos trabalhadores sentimentos diversos, como a importância da sindicalização como meio de luta para garantir e ampliar direitos, na opinião da servidora administrativa da Rede Estadual de Educação, em Uruaçu, Ivone Maria da Silva, que declarou: “O Sintego é importante na nossa vida porque é ele quem tem a força de lutar por nossos direitos”. De pertencimento a osindicalto, como no caso do professor aposentado, José Timóteo de Lima, de Ceres, filiado há 34 anos. “Se não fosse o sindicato, estaríamos perdidos por causa das políticas dos governos para a Educação”, afirmou. E a



Presidenta do Sintego se reúne com educadores do Colégio Estadual Alice Pereira Alves, em Mineiros



Sintego Itinerante presta assistência jurídica e administrativas a educadores de Campos Belos

necessidade de união da categoria para o fortalecimento da luta, segundo o professor da Rede Estadual de Educação de São Miguel do Araguaia, Silvio Dias Freitas, que foi categórico: “Não tem outra via de luta que não seja sindicalizar e participar efetivamente da luta da categoria”. A ele se junta a professora Clea Luiza Rosa Dias, de Morrinhos, “O Sintego Itinerante mostrou que nós também precisamos nos unir ao sindicato para fortalecer a luta em nosso próprio favor”.



ACHADOS DO SINTEGO ITINERANTE

Nas viagens do Sintego Itinerante, algumas belas surpresas foram encontradas. Professoras/escritoras, formas de incentivo à leitura e campanhas de esclarecimento e respeito às mulheres.

ÁGUAS LINDAS



A professora Iraci Pereira Lima presenteou a presidenta do Sintego, Bia de Lima, com um exemplar do livro “A Gatinha Carinhosa”, que escreveu para criticar o sistema público de saúde ao contar a história vivida por uma família de Posse, cuja mãe quase perdeu a filha por falta de atendimento médico. O livro foi lançado em julho do ano passado e é vendido nas escolas.

ITUMBIARA



Em Itumbiara, a professora Silene Maria Silva promoveu o livro “Vamos Brincar? Brincando a gente se entende!”, fruto de experiências vividas em sala de aula. Silene mostra como as brincadeiras e a afetividade podem e devem ser usadas como ferramentas para a aprendizagem e o bom desenvolvimento da criança. O livro é vendido nas escolas de Itumbiara.

SIMOLÂNDIA



Desenvolvida pelo professor Florisvaldo F. Mobilis, da Escola Municipal Jardim Brasil, a pneuteca ganhou espaço em todas as escolas do município. Ela faz parte do projeto “Agrinho Juntos e Misturados”, que usa pneus recicláveis para a construção de pequenas estantes para 20 a 25 livros, que ficam fixadas nas paredes do pátio das escolas.

URUAÇU



No Colégio Estadual Polivalente, em Uruaçu, alunos e professores constroem juntos a campanha #NãoàCulturaDoEstupro. Cartazes são produzidos e espalhados pela escola. Conversas sobre estupro e violência contra a mulher e pessoas indefesas são realizadas em atividades transversais, inclusive nas aulas de Educação Física.



LUIZ FERNANDO EMEDIATO

Jaime Sautchuk

Uma trajetória de vida marcada pela coragem. Filho de família de origem rural, de poucos recursos, errática, Luiz Fernando Emediato nasceu na pequena Belo Vale, vizinha de Ouro Preto, Minas Gerais, em 1951. Hoje, é um editor de renome, militante de boas causas, intelectual preocupado com o futuro da Humanidade. Sua carreira seguiu o caminho inverso da maioria dos profissionais das comunicações e artes. Começou como escritor, ainda jovem, em Belo Horizonte, ganhador de vários prêmios com seus livros de contos e romances, dez deles escritos antes dos 30 anos de idade. Neste ponto da vida, ele virou jornalista, como repórter da sucursal mineira do Jornal do Brasil. Logo mudou-se pra São Paulo, onde exerceu cargos de comando em alguns dos principais órgãos de imprensa do País, entre jornais, rádio e TV. Foram 17 anos nesta lida, quando resolveu montar uma editora de livros, a Geração Editorial. Em tudo, sempre com uma postura democrática, ousada, criativa. Dos quatro filhos que teve, apenas uma filha se envolveu com a editora, e hoje é sua principal executiva. Emediato voltou a escrever com o afincado e vários de seus

Fotos:
releasevirtual.com.br,
delubio.com.br
e noticiasdatvbrasileira.com.br

livros estão sendo transpostos ao cinema, com sucesso. Ele inaugura a seção de entrevistas da Xapuri:

X Quais as perspectivas do Brasil no campo ambiental?

LFE - Não vejo com otimismo a preservação da natureza, tendo em vista nossos governos distanciados do tema e o avanço do agronegócio e das hidrelétricas sobre as florestas.

X Como você vê o processo de contínua ocupação da Amazônia?

LFE - Com preocupação. Visitei a Amazônia várias vezes nos anos 70 e 80 e de lá para cá o avanço sobre as matas e rios é inexorável, principalmente por causa dos garimpos.

X Proibir o desmatamento funcionaria?

LFE - Não basta proibir e muitas vezes a proibição é estúpida. Florestas devem ser preservadas, mas também, em certos casos, manejadas com tecnologias já existentes. É preciso conviver com elas em harmonia.

X E as cidades brasileiras, como estão?

LFE - As cidades brasileiras vão, como sempre, crescendo sem sustentabilidade e com problemas gravíssimos de saneamento, contaminação do ar e mobilidade. Além da violência e criminalidade agravados pelo desempregado, pela ausência de educação e oportunidades para os jovens.

X No campo cultural, o entretido do MInC terá que resultados?

LFE - Mais importante que ter um ministério para a cultura é ter uma política cultural, que nunca tivemos.

X E o mercado editorial, como anda?

LFE - Sofrendo as consequências da crise. Os livros de entretenimento continuam vendendo muito, principalmente para jovens, mas a literatura de qualidade a cada dia perde espaço, pela falência do Estado, que não compra para as bibliotecas escolares e públicas. Não existe uma política com programas consistentes para o livro.

X Vale a pena ser editor no Brasil?

LFE - Vale a pena para vender livros de entretenimento: aventuras, fantasias, sexo, romantismo feminino, livros inspirados em videogames. Nenhuma editora sobrevive mais só com livros de qualidade. A própria Companhia das Letras, um exemplo de resistência, abriu dois selos, Paralela e Seguinte, para livros eróticos, populares e para jovens alienados.

X O que diferencia um editor de jornal de um editor de livros?

LFE - O editor de jornal tem que viver a notícia a cada dia, viver o clima feérico e tenso das redações, matar um leão por dia, conviver com a velocidade dos fatos. Já o de livros tem que estar ligado no que está acontecendo em todo o mundo, nos livros que ainda não foram sequer escritos, tem que identificar tendências. Tem que ter um olho no mercado e outro na cultura, porque o editor que só vive do mercado ganha dinheiro, mas produz livros como

se produz feijão, trilha, sabão. Eu tenho o olho no mercado, porque não podemos ter prejuízos, mas lanço autores novos, livros fantásticos que vendem pouco, mas vendem para pessoas especiais. Não sou um editor sonhador, como nos velhos tempos, mas não abro mão da qualidade, da arte.

X Qual a relação da Internet com o mercado editorial?

LFE - Só ajuda. O mundo, as artes, os livros, os autores estão a um toque de seu teto, na tela do computador e do tablet. Mudou porque te possibilita acessar tudo e todos rapidamente. Diminuiu a importância de feiras de livros como a de Frankfurt, onde vamos agora menos para fechar negócios e mais para fazer relações públicas. Mostrar a cara, conhecer agentes e autores, pessoas.

X A mídia, as distribuidoras e as livrarias valorizam o autor nacional?

LFE - Ninguém valoriza o autor nacional. Só se valoriza o mercado, o que vende.

X Como você classificaria a grande mídia brasileira?

LFE - Presta serviços de lazer e entretenimento com muita competência e na parte editorial publica as notícias de seu exclusivo interesse. E é dominante, como se sabe, por poucas famílias.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor



Sinpro-DF realiza II Seminário de Educação Socioambiental

“Educação para a sustentação da vida”

No dia 7 de maio passado, dezenas de professores e cerca de 30 estudantes participaram de uma atividade dupla na Chácara do Professor: a realização do II Seminário de Educação Socioambiental “Educação para a sustentação da vida” e a inauguração do Centro de Convivência Caliandra.

De acordo com a diretora do Sinpro-DF Iolanda Rodrigues Rocha “a proposta do Espaço Educador Chico Mendes (Chácara do Professor) é fazer o trabalho de educação socioambiental. Hoje, realizamos o II Seminário de Educação Socioambiental ‘Educação para a sustentação da vida’, tendo em vista as perspectivas da educação

popular de Paulo Freire, uma educação transformadora, envolvente e prazerosa”.

Iolanda lembrou a obrigatoriedade de as escolas públicas trabalharem com a educação ambiental. “No DF vige a Lei nº 3.833, promulgada há dez anos, que determina a política distrital de educação ambiental. Ela explicita que a educação ambiental é componente essencial da educação e deve constar, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Mas não é só isso. No nosso ponto de vista, não há como dissociar o social do ambiental; daí falarmos em educação socioambiental. Quando adquirimos a Chácara do

Professor pensamos em ter um espaço de formação mesmo; no sentido de preparar o professor para ver o estudante na sua integralidade, ou seja, oferecer uma educação que seja significativa e completa para ele [estudante]. O tema deste II Seminário, ‘Educação para a Sustentação da Vida’, é para nós uma verdadeira bandeira de luta, enfatizando que tipo de educação nós queremos”, disse.

O diretor do Sinpro-DF Gabriel Magno também destacou que o evento “é a contribuição que a Educação pode dar para a construção de um novo modelo vida; mais sustentável; que tenha justiça social combinada com justiça ecológica e o papel protagonista dos educadores. O debate hoje é o início de uma caminhada que, obviamente, vai ser levada para as escolas. Os

professores que vieram aqui vão ampliar esse debate com seus alunos, potencializando a construção dessa pauta ambiental que o Sinpro-DF vem realizando há vários anos”.

CALIANDRA

O dia também foi marcado pela inauguração do Centro de Convivência Caliandra, um espaço destinado à movimentação artística e cultural, onde os professores podem divulgar a sua arte (música, poesia, pintura, etc). “Felizmente, há muitos artistas na nossa categoria”, enfatizou a diretora Iolanda.



Fotos: Deva Garcia





“Casinhas de coques mil, calçadas passeadeiras, o amor está nas janelas das belas namoradeiras”.

Trecho da música Pé-de-Moleque - Côco de Feira

PIRENÓPOLIS UM ENCANTO DE CIDADE

Juliana Bernardes

Histórica, colonial, cultura efervescente e impressionantes belezas naturais, uma ótima opção para o turismo nos finais de semana. Assim é Pirenópolis, esse pedaço de paraíso localizado a 127 Km de Goiânia e a 150 km de Brasília. Aqui, de preferência a gente anda a pé, dá bom dia pra quem encontra na rua, e respira o delicioso ar provinciano da vida pacata no interior de Goiás.

Pra quem gosta de um pouco de agito, a charmosa Rua do Rosário (Rua do Lazer), oferece bares e restaurantes com os mais variados cardápios e atrações - desde uma seresta com os melhores boleros até o badalado forró, que serve de

ponto de encontro para quem quer conhecer gente nova, enquanto ali bem perto, na Rua do Bonfim, variados e saborosos petiscos podem ser degustados ao som de uma ótima música, que vai desde o samba até o bom e velho rock'n roll.

Saindo um pouco da área urbana, mais de 80 cachoeiras, a maioria de fácil acesso, oferecem a oportunidade de banhos que revigoram qualquer corpo e mente. No portal da cidade encontram-se roteiros e guias turísticos para cada de tipo de grupo ou família.

Pra descansar depois de tanto passeio, nada como pegar uma tuc-tuc (transporte para até 3 pessoas) rumo às muitas opções para um pou-

so aconchegante e acolhedor. Destaque para as pousadas de médio porte que oferecem preços acessíveis e se encontram afastadas do badalado centro histórico, ideais para quem está acompanhado da família.

Para as pessoas mais jovens que querem conhecer novas pessoas e culturas, a melhor opção são os hostels, que se caracterizam pelo uso compartilhado dos ambientes (quartos, cozinha, banheiro), além de terem preço acessível.

Há ainda opções de hospedagem mais glamorosas e sofisticadas, a exemplo dos resorts. Nesses, em sua maioria a poucos quilômetros da cidade, se descobre que o conforto, o requinte e a tranquilidade podem ser desfrutados longe das grandes cidades. Muitos contam com transporte próprio para hóspedes, restaurante e opções de relaxamento que dão a impressão de se estar num spa.

Pirenópolis também é rota de eventos que trazem para a cidade turistas de perfis diferenciados. Festivais literários, gastronômicos, musicais, de cinema e teatrais fazem de Piri um ponto de efervescência cultural.

A cidade acabou atraindo muitos artistas de diversas regiões do Brasil, que pra cá vieram em busca de espaço para sua arte. Na tradicional feira de artesanato do Coreto, é co-

mun encontrar, somado à tradicional arte em prata característica da cidade, grupos de cultura popular e artistas dos mais variados saberes e fazeres compartilhando experiências. E quem estica a estada pode ouvir, na Rua do Rosário, às segundas-feiras, boa parte dos músicos da cidade em noite descontraída de música autoral. Um programa imperdível!

Além disso, existe o calendário de eventos culturais e religiosos de Pirenópolis. As Cavalhadas e a Festa do Divino Espírito Santo são as principais e se caracterizam como o momento do povo pirenopolino. E quem chega de fora respeita e se sensibiliza com a paixão que os nativos têm por essas comemorações. É uma cidade apaixonante...



UEM AÍ... CADERNO PIRI

A partir do mês de julho de 2016, a revista Xapuri circulará com o Caderno Piri, seu guia informativo sobre a cidade mais charmosa das regiões do Distrito Federal e de Goiás. Reserve já o seu espaço para mostrar seu comércio, seu trabalho, sua arte! Fale com a gente: contato@xapuri.info.



Juliana Bernardes
Produtora Cultural,
moradora de Pirenópolis

ENTIDADES LANÇAM CAMPANHA “SE É PÚBLICO, É PARA TODOS”, EM DEFESA DAS ESTATAIS



A abertura da campanha, no Rio de Janeiro, reuniu sindicalistas, intelectuais e políticos. Avaliação é de que a defesa das empresas e dos serviços públicos saiu fortalecida

O lançamento da campanha “Se é público, é para todos”, no dia 6 de junho, na Fundação Progresso, Rio de Janeiro (RJ), foi marcado pela realização de debates sobre a valorização do bem público - empresas, serviços, patrimônio, políticas, espaços e tudo mais que se constitui em riqueza do e para o povo brasileiro. Organizado pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, reuniu intelectuais, especialistas e dirigentes dos movimentos sindical e social de diversas regiões do país.

O ponto alto do evento foi a presença do ex-presidente Lula. Logo no início do seu discurso

para mais de duas mil pessoas, ele destacou a importância das empresas públicas. “Mostramos que é possível fazer políticas públicas em que o pobre não era um problema e sim solução. Todo mundo sabe a importância, por exemplo, da Caixa para financiar a habitação, saneamento básico, Minha Casa, Minha Vida e outros programas sociais. E hoje a Caixa é o segundo banco em ativos, mostrando que é só dar uma chance aos pobres, com crédito, porque isso é acreditar no futuro”, afirmou.

Representantes da CUT, CTB, Intersindical, FUP, Fenae e Contraf-CUT, entidades que integram o Comitê, também manifestaram a disposição dos trabalhadores de comandar uma ampla mobilização para mostrar à sociedade que o bem público é de todos e não de alguns. “Para que

serve uma empresa pública? Ficariamos imaginando o que teria acontecido, por exemplo, em 2008, na crise que atingiu todo mundo, se não houvesse os bancos públicos no Brasil que continuassem a fazer empréstimos”, observou o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Ele completou: “A Caixa tem que atender a população, tem que atender ao desenvolvimento do país, não atender apenas aos rentistas. Se ela fizer isso, não estará cumprindo o seu papel. Por isso, estamos juntos com todas as entidades, sociedade civil, sindicatos nessa campanha, porque sem as empresas públicas nós vamos aumentar nossa desigualdade, nossa pobreza e desarrumar aquilo tudo que tem sido construído. Esse projeto (Estatuto das Estatais) é maligno, temos certeza de que

conseguiremos reverter essas e outras propostas lesivas”.

Na avaliação da coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, o ato de lançamento da campanha superou expectativas e é um grande estímulo na luta contra projetos de desmonte do Estado. “Daqui vamos sair mais fortes para resistir ao golpe, porque onde tem empresa pública tem desenvolvimento”, disse. Os próximos passos da campanha serão discutidos em reunião das entidades que integram o colegiado, e divulgados em breve. Também está prevista a edição de um jornal específico sobre o lançamento da campanha “Se é público, é para todos”.

DEBATES

Além do ato político, o evento também foi marcado pela realização de debates sobre a valorização do bem público. De forma quase unânime os debatedores denunciaram a orientação golpista do governo de Michel Temer, que quer aprovar a toque de caixa mudanças profundas na organização do Estado. Guilherme Estrella, geólogo e ex-diretor da Petrobras, apresentou dados sobre a origem e desenvolvimento da empresa e destacou a grande importância da descoberta do pré-sal para o País. “As estatais são a ferramenta do

povo brasileiro para construir a soberania nacional”, apontou. “E se não dermos um basta (no governo golpista), serão vendidas a estrangeiros”, alertou.

Na sequência, o advogado tributarista Ricardo Lodi abordou o golpe contra a presidenta da República afastada Dilma Rousseff, e afirmou que nesse momento a sociedade tem apenas dois caminhos: lamentar ou se levantar contra um governo golpista que pretende excluir trabalhadores, negros, mulheres e pobres. O cientista político Emir Sader destacou a importância dos bancos públicos, igualmente na mira dos golpistas. “Temer quer fechar 400 agências da Caixa. Alguém aqui acredita que o Bradesco ou o Itaú vão financiar moradia para pobres?”, questionou.

A filósofa Márcia Tiburi lembrou que o novo governo e sua equipe desprezam a esfera do que é público e a participação feminina na política. “Se nós, mulheres, não estamos presentes com nossos corpos e ideias nos espaços de poder, então esse espaço não é ‘público’ e nos silencia”, avaliou. Outra mulher presente, a deputada federal Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), adicionou ao debate a necessidade de democratização dos meios de comunicação no Brasil, hoje dominados por não mais do que seis famílias. “É uma dívida da esquerda não ter enfrentado ainda esse monopólio, porque

a comunicação é irmã gêmea da educação e da cultura como instrumento transformador de uma sociedade”, ressaltou.

FORA, TEMER!

O ato político foi apresentado pelos atores Tuca Mores e Luiz Fernando Lobo. Eles destacaram o investimento dos governos Lula e Dilma em vários setores da esfera pública, numa clara contradição com o que pretende o governo ilegítimo de Michel Temer. Um pano de chão com a palavra “golpista” foi colocado no palco e, a cada pausa de texto, o público repetia o mote da campanha. “Se é público é para todos” ou o bordão “Fora, Temer!”

Para Lula, somente o Estado pode “fazer justiça social”, ou seja, atender aos interesses dos mais pobres sem ter o lucro como prioridade. “Tenho orgulho do que é público, não vergonha. No dia em que hospital de rico atender pobre e empresários oferecerem transporte de qualidade e energia barata, eu deixarei de vir em atos como esse e defender o que é público”, afirmou.



EMENDAS, REMENDOS E FRACASSOS

Antenor Pinheiro

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) já alcançou a maioria dos 18 anos, mas continua inacabado por absoluta falta de vontade política dos administradores da coisa pública. Quando pouco, desde sua vigência em 1998, já mereceu mais de centena de emendas, além de tantas outras resoluções editadas como complementos, mesmo que não regulamentado em sua totalidade.

Por incrível que pareça, mesmo com esse bombardeio de remendos, seus efeitos ainda não garantem uma mobilidade segura nas vias urbanas e rurais brasileiras. Não por acaso, colecionamos anualmente 45 mil mortes e 160 mil lesionados graves no trânsito – de fato, uma guerra que justifica o grave fracasso da gestão pública.

Não restam dúvidas de que este código é muito melhor que o anterior, sendo considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) referência positiva em quesitos universais de segurança viária: bebida e direção, restrições para crianças e uso de capacete e de cinto de segurança.

O capítulo que trata da educação para o trânsito é um primor invejável a qualquer país nórdico, principalmente por sua interface com as políticas de saúde e educação. Enfim, quesitos essenciais que foram aprimorados ao longo dos anos mediante a edição de outras leis, resoluções, portarias, decretos e medidas provisórias, alterações que transformaram o CTB numa verdadeira colcha de retalhos repleta de boas intenções. E somente!

Outro fator que merece destaque é seu escopo institucional, que cria o Sistema Nacional de Trânsito, permeado nas três esferas de governo. Ao contrário do código anterior, o atual resgata o papel do município como ente principal no seu planejamento e gestão, guardando assim coerência com o preceituado no Estatuto das Cidades e nas recentes Leis Nacionais da Mobilidade Urbana, o Estatuto das Metrôpoles e o Estatuto das Pessoas com Deficiência.

Por este conjunto de diretrizes e preceitos, especialmente no capítulo que trata da fiscalização, é que o CTB ganhou notoriedade, fato que resultou na

queda de 13% de mortes em seu primeiro ano de vigência. Todavia, de lá para cá houve um relaxamento geral na aplicação da lei, e a curva não parou de subir, com raros picos de quedas. De acordo com o Mapa da Violência 2013/CEBELA, o Brasil saltou de 17,7 mortos/100 mil habitantes (2001) para 22,5 mortos/100 mil habitantes (2013), crescimento de 27%.

Esses números alertaram a própria OMS que em diagnóstico concluiu que o Brasil vive tecnicamente uma epidemia de mortes no trânsito. Fato: o Brasil é o quarto país que mais mata no trânsito em números absolutos, atrás de China, Índia e Nigéria (Global Status Report on Road Safety 2013/ONU).

Ora, o que leva então o país que tem uma legislação de trânsito reconhecidamente de vanguarda acumular tanta tragédia assim?

A resposta está na forma de entender e gerir o problema. Não é e nunca foi prioridade



para o governo brasileiro enfrentar a violência no trânsito, a começar da estrutura administrativa e de gerência dos seus órgãos normativos (CONTRAN/CETRANs) e executivos (DENATRAN, DETRANs e municipais), totalmente dependentes de conveniências políticas e econômicas.

O Fundo Nacional de Segurança e Educação para o Trânsito (FUNSET), cujos bilhões arrecadados de 5% de multas aplicadas continuam contingenciados pelo Ministério da Fazenda. Os DETRANs são fontes de arrecadação que financiam ações diversas, pouco sobrando para o trânsito estadual. Os órgãos municipais

de trânsito, quando não são ficção, idem, arrecadam multas, e o dinheiro vai para o Tesouro, pouco retornando para os fins previstos.

Por sua vez, o Sistema Nacional de Trânsito de sistema somente tem o nome. Não há articulação entre os órgãos envolvidos, que funcionam tipo cada um por si e Deus por todos. Logo, o que temos é um monte de boas intenções dissimuladas – verdadeiro enxugamento de gelo. Ou seja, no Brasil os órgãos de trânsito mais são fontes arrecadoras que gestores do problema.

Não será este o parâmetro para melhorar a mobilidade das cidades, mas a inversão de prioridades e a correção de

rumos na sua compreensão. Podemos ter o melhor código de trânsito do mundo, mas estamos distantes de termos a circulação harmonizada e pacificada enquanto não melhorarmos as cidades como um todo. Está no planejamento urbano e na recuperação da urbanidade, o jeito de viver a cidade, o caminho ideal, a exemplo do que fizeram tantas outras cidades mundo afora.

Trânsito não se resolve em si, mas se administra como parte das políticas de transporte público, inserida na visão macro de mobilidade social. Ou afastamos o jeito hipócrita de lidar com a questão, ou continuaremos a assistir a carnificina sob a égide de um belo Código.



Antenor Pinheiro
Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP

TRABALHO PRECÁRIO PROVOCA O ADOECIMENTO

DE PROFISSIONAIS DO SETOR DE TELEATENDIMENTO

Renata Queiroz Dutra



O Brasil emprega 1,4 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em teleatendimento. O significativo adoecimento dos e das profissionais do setor, cujo segmento cresce, segundo estimativa do Sindicato das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos (Sintemark), a um índice de 11% ao ano, causa grande prejuízo para o país.

A cada ano, mais benefícios por acidente de trabalho são requeridos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mais indenizações trabalhistas por acidentes laborais são concedidas pelo Poder Judiciário, compensação que, todavia, não saneia o fato de inúmeros trabalhadores jovens restarem incapacitados para o trabalho ou com dificuldade de reinserção no mercado após as lesões.

O estudo "Riscos Ocupacionais e Inviabilização do Adoecimento no Teleatendimento", publicado por Vitor Araújo Filgueiras (CESIT/UNICAMP) e Renata Queiroz Dutra (UFBA), aponta como causas do adoecimento a precarização e a precariedade das condições de trabalho no setor, que vão desde a forma de contratação (predominantemente terceirizada) às condições de ergonomia, ritmo, pausas e pressões psicológicas. Associa-se a esses elementos, ainda, a dificuldade de regulação do trabalho no setor, que se vincula às condutas institucionais lenientes com o patronato e aos conflitos interinstitucionais entre quem decide as políticas públicas para o mundo do trabalho no Brasil.

Em consequência, tem-se uma categoria altamente vulnerável do ponto de vista da saúde, com altos índices de adoecimento psíquico devido ao estresse, ao ritmo intenso do trabalho, ao tempo mínimo para pausas para uso dos sanitários, ao alto grau de vigilância dos supervisores e às reiteradas notícias de assédio moral.

Em virtude da reduzida duração dos contratos de trabalho e da omissão das empresas em notificar e reconhecer os casos de adoecimento, há uma significativa subnotificação do perecimento da saúde dos trabalhadores no setor, que dificulta a reivindicação de direitos para os trabalhadores.

A Fitratelp abraça a causa da saúde e da segurança do trabalho em teleatendimento, defendendo a adoção de medidas preventivas para o aperfeiçoamento da gestão do trabalho no setor, para que este se adeque à normatização vigente, notadamente à NR 17 do MTE, como assertivamente atuou no acompanhamento da Mesa Nacional de Teleatendimento havida no Ministério do Trabalho em 2015.

A defesa das normas já conquistadas pela categoria quanto à preservação da higidez das condições de trabalho, do ponto de vista físico e psicológico, passa pelo endurecimento da fiscalização do Estado em relação ao teleatendimento e também pela ampliação da consciência dos trabalhadores a respeito dos seus direitos no ambiente de trabalho, com fomento ao seu potencial reivindicativo.



Renata Queiroz Dutra – Professora. Pesquisadora. Autora do livro – Do Outro da Linha (Poder Judiciário, Regulação e Adoecimento dos Trabalhadores em Call Centers).



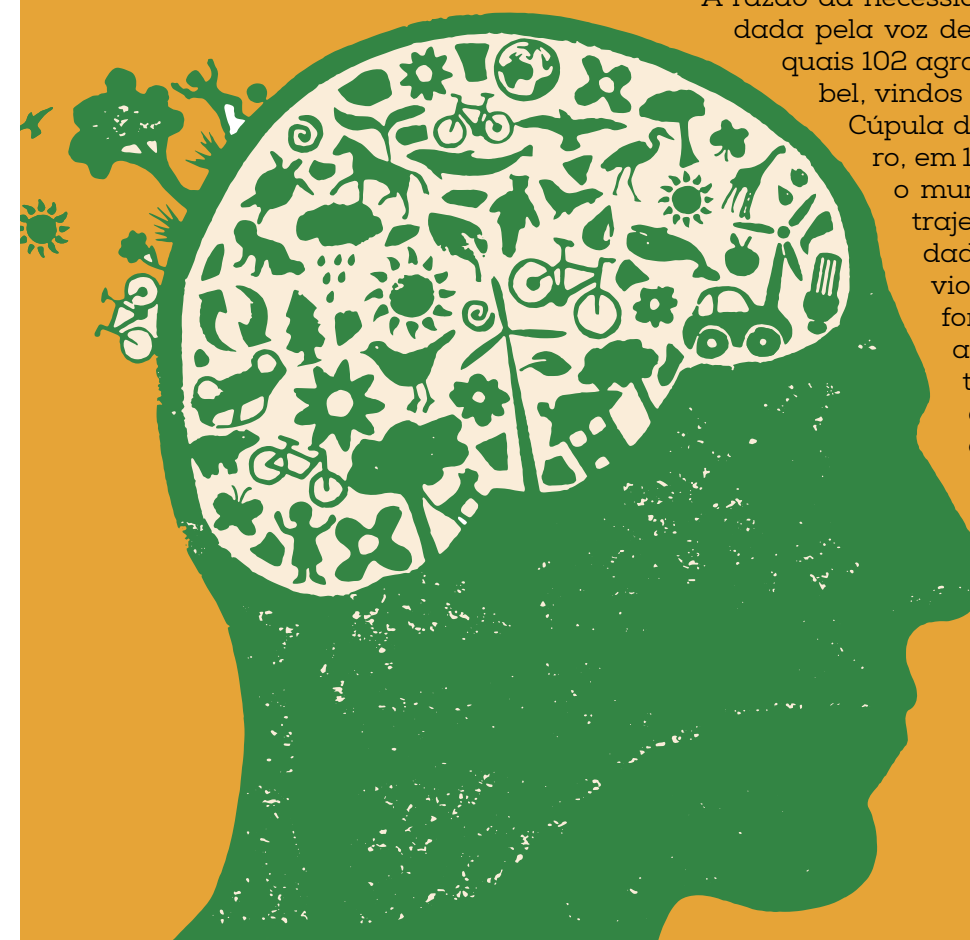
SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

Leonardo Boff

A sustentabilidade não acontece mecanicamente. Ela é fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o Universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia socioecológica.

Estou convencido de que somente o processo generalizado de educação pode criar as novas mentes e os novos corações, como pedia a Carta da Terra, capazes de fazer a revolução paradigmática exigida pelo mundo de risco sob o qual vivemos. Como repetia com frequência Paulo Freire: "A educação não muda o mundo, mas muda as pessoas que vão mudar o mundo". Agora todas as pessoas são urgidas a mudar, pois não temos outra alternativa, ou mudamos ou conheceremos a escuridão.

A razão da necessidade da mudança nos foi dada pela voz de 1.600 cientistas entre os quais 102 agraciados com o Prêmio Nobel, vindos de 70 países, reunidos na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992: "Os seres humanos e o mundo natural seguem uma trajetória de colisão. As atividades humanas desprezam violentamente e, às vezes, de forma irreversível, o meio ambiente e os recursos vitais. Urge mudanças fundamentais se quisermos evitar a colisão a que o atual mundo nos conduz". (Apelo dos cientistas do mundo à humanidade, 1992).



Leonardo Boff
Filósofo, Teólogo, Escritor
leonardoboff.com
Excerto do livro Saber Cuidar,
18ª Edição, Editora Vozes, 2014

“PONTE PARA O FUTURO” TERRA ARRASADA NO DIREITO DA CLASSE TRABALHADORA

Trajano Jardim



A maioria da classe trabalhadora, como sempre desatenta e até mesmo avessa à política por seu uso pela elite, em uma posição definida por Bertolt Brecht como “analfabeto político”, não presta atenção ao que essa mesma elite faz para continuar sua trajetória histórica de dominação e exploração, retirando dos trabalhadores e das trabalhadoras os direitos conquistados com muita luta, suor e sangue.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), bunker de uma parte inconsequente do empresariado brasileiro que sempre viveu à sombra do Estado, com benesses que usurpam os recursos que poderiam dar uma vida mais justa para o povo brasileiro, apresentou ao “governo golpista” a pauta que transforma em terra arrasada os direitos sociais e trabalhistas, causando um retrocesso de mais de 60 anos nas relações do trabalho no Brasil.

O documento, entregue ao presidente interino Michel Temer no dia 4 de maio, representa o posicionamento do setor produtivo de que “apenas com a adoção dessas iniciativas, os empresários vão recuperar a confiança e voltar a investir”. A “Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018” traz 36 medidas para serem levadas a efeito imediatamente após a solução do impasse político. Dentre elas, encontra-se a reforma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com base nas seguintes premissas:

- Adotar idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição;
- Equiparar, gradualmente, o diferencial do tempo de contribuição das mulheres ao dos

homens e o dos trabalhadores rurais ao dos demais trabalhadores na aposentadoria por tempo de contribuição;

- Equiparar as regras para aposentadoria dos professores às dos demais trabalhadores;

- Desvincular o valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo; e diferenciar o piso dos benefícios previdenciários do piso dos benefícios assistenciais.

Essas são medidas que derubam direitos seculares dos trabalhadores. Para a nossa categoria de professores propõe, de forma criminosa, a retirada do direito à aposentadoria especial, com a equiparação das regras da aposentadoria previstas na Constituição da República, aos demais trabalhadores.

Além da investida contra as mulheres, contra os trabalhadores rurais, os aposentados estão na mira do governo interino, que toma medidas como se fosse permanente. A proposta de desvinculação do valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo atenta contra o preceito do direito adquirido.

A proposta de terceirização,

outra medida de destruição e precarização do trabalho, também está na agenda do governo da “ponte para o futuro” de miséria dos trabalhadores. É a política de terra arrasada das elites reacionárias contra a classe trabalhadora. É hora de mobilizar, para dinamitar essa “pinguela para o atraso”.



Trajano Jardim
Jornalista e Professor
Universitário

Uma história de lutas e conquistas

RUMO AOS

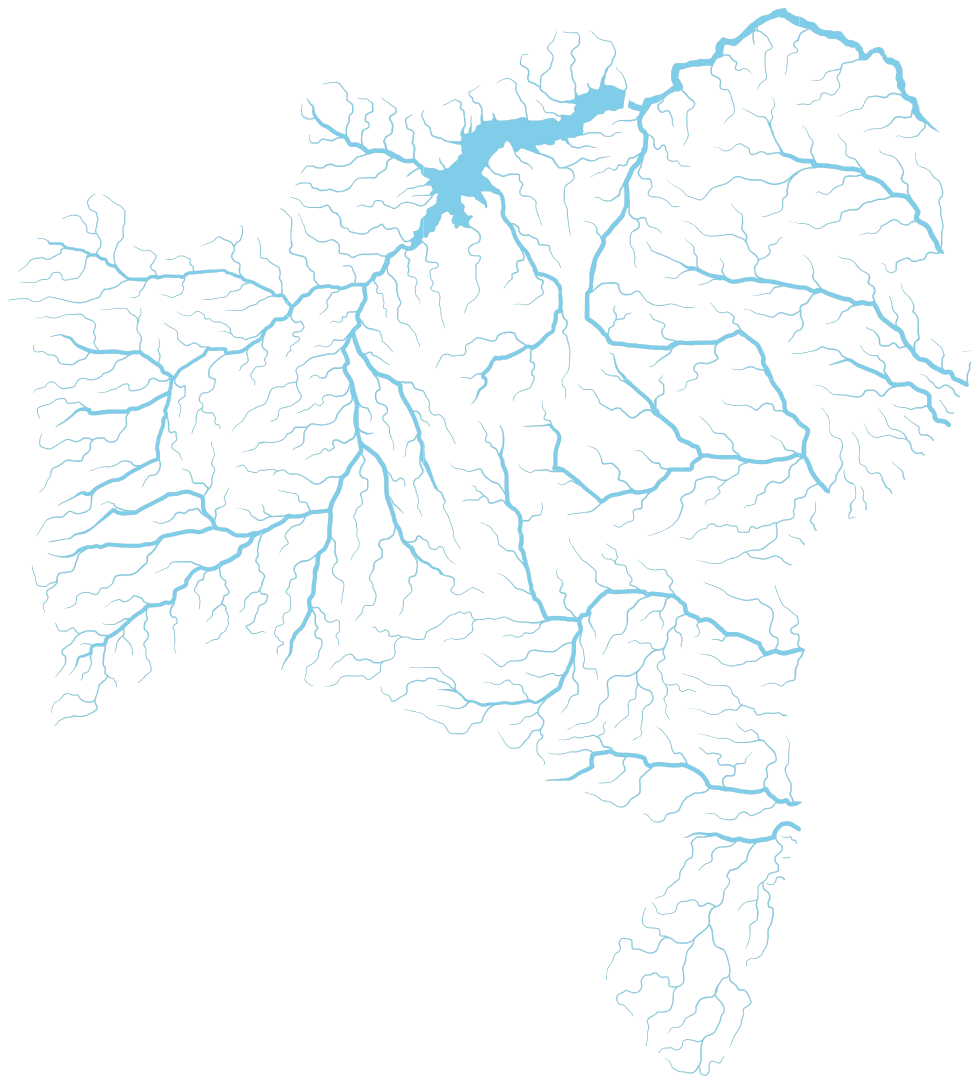


ANOS



www.cnmcut.org.br

Gestão eficiente dos recursos hídricos. O desenvolvimento sustentável corre em nossas veias.



A Bahia possui uma rede hidrográfica de grande extensão e complexidade. E para que o Estado se desenvolva preservando seus recursos naturais, o Governo investe em planejamento e gestão participativa. Os Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas estão sendo fortalecidos através da elaboração dos Planos de Bacias, enquadramentos dos corpos hídricos, balanço hídrico e cadastro de usuários de recursos hídricos. A cobrança da água, instrumento econômico de gestão dos recursos hídricos, será fundamental para a implementação dos programas previstos nos Planos de Bacias e vai proporcionar uma melhor qualidade e segurança hídrica para os diversos usos da água. O monitoramento da qualidade da água é outro desafio e para isso o Governo do Estado já conta com uma rede com 552 pontos. É mais desenvolvimento para a Bahia e mais vida para os baianos.